



Prefeitura Municipal de São Vicente

LEI Nº 1.450

Cria o Setor de Alimentação Escolar.

Jonas Rodrigues, Prefeito Municipal de São Vicente, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criada na Diretoria de Educação da Prefeitura Municipal de São Vicente, o Setor de Alimentação Escolar.

Artigo 2º - A Prefeitura Municipal de São Vicente terá o encargo de sua manutenção.

Artigo 3º - O Prefeito será membro nato do Setor ora criado.

Artigo 4º - Ficam criados, no quadro do Ensino Municipal, 2 (dois) cargos de Supervisor do Setor Municipal de Alimentação Escolar, Nível III e 1 (um) de Auxiliar do Supervisor do Setor de Alimentação Escolar, Nível II, isolados e de provimento em comissão.

Parágrafo único - Para o exercício do cargo de Supervisor criado por esta lei, será exigido além do certificado de curso de Supervisor de Merenda Escolar, expedido por órgão competente, prova de exercício da função por 2 anos, no mínimo.

Artigo 5º - Por necessidade de serviço, o professor no exercício do cargo ou das funções de Supervisor do Setor de Alimentação Escolar e Auxiliar do Supervisor poderá ser colocado em regime de 36 (trinta e seis) horas de serviço semanal.

Junte-se ao Proc. Resp.

São Vicente, 28/4/70

10/70a



Prefeitura Municipal de São Vicente

LEI Nº 1.430

fls. 2

mais, percebendo, nesse caso, mais 30% (trinta por cento) calculado sobre o respectivo padrão de vencimento.

Artigo 6º - É facultado ao Prefeito atribuir o desempenho das funções de Supervisor e Auxiliar de Supervisor de Alimentação Escolar mediante o preenchimento dos cargos criados por esta lei ou por designação temporária, na conformidade do Ato Complementar nº 52, de 3 de maio de 1969.

Artigo 7º - Os titulares de funções de servidores extraordinários, prestando serviços na Diretoria de Educação Municipal, que adquiriram estabilidade por força de disposição no artigo 177, § 1º da Constituição de 1967, deverão ser aproveitados como merendeiras do Setor Municipal de Alimentação Escolar, desde que tenham certificado de merendeira escolar.

Parágrafo único - No caso de não haver número suficiente de servidores necessários deste artigo, serão contratados tantos servidores como forem necessários para completar o número de 27 (vinte e sete) merendeiras, observada a exigência de apresentação de certificado de merendeira escolar.

Setor Municipal de Alimentação Escolar executará o trabalho em decorrência da Portaria nº 355-A, de 23 de maio de 1969 do Ministro de Educação e Cultura, em regime de autarquia, sob qualquer dependência administrativa federal, estadual, municipal e particular.

Artigo 9º - Constituem obrigações do Setor Municipal de Alimentação Escolar:

Junte-se ao Proc. Resp.
São Vicente, 28/4/70

10/70a



Prefeitura Municipal

Anexo da Mem. 30/90
Vicente

Vicente

ao Programa;

a - promover o desenvolvimento do Setor Regional
da Alimentação e Aproveitamento de Alimentos
dos órgãos municipais;
b - manter atualizado o termo de Ajuste (ver-
ificação de escolas e indicações de
ter);
c - facilitar a obtenção e a aplicação de
recursos oficiais e (ou) comunitários de
des-
ar, distribuir, fazer aplicar e obter
previsão dos alimentos e materiais re-
quisitados pelo Setor Regional do Município;
d - apresentar ao Setor Regional, a
tempo e prazos oportunos, os documen-
tos indispensáveis para o atendimento às
necessidades;
e - exercer o controle técnico administrativo
e supervisionar o programa de município;
f - A despesa decorrente da execução
das dotações próprias de orçamento, su-
perior a 10% do total;
g - O Executivo poderá baixar decreto
para a execução das disposições em vigor na data
da publicação desta Lei, em 22 de abril de 1970.
Rodrigues
Municipal